**DECLARAÇÃO DO** ART. 27 DO **DECRETO** N‘ **8.726, DE 2016, E RELAÇÃO** DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome do (inserir o nome da entidade), nos termos dos arts. 26, caput, inciso VII, e 27 do Decreto n° 8.726, de 2016, que:

Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) dirigente do Crea-AL 1; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

|  |
| --- |
| RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA (inserir o nome da Entidade) |
| Nome do Dirigente | Cargo  | RG | CPF | Endereço | Telefone | E-mail |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |
|   |   |   |   |   |   |   |

* Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
* Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados;
* Membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;
* Servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
* Pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o património público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Maceió - AL, xxxxxxxx de xxxxxxxxxx de 20xxxxxxxxx.

Eng. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Presidente do (inserir o nome da entidade)